

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCICIO FINANCEIRO DE 2021

1. INFORMAÇÕES GERAIS

O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Porto Murtinho-MS, com o objetivo de destacar os principais aspectos na composição das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

2. UNIDADE ORÇAMENTÁRIA <u>INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS</u> SERVIDORES PÚBLICOS MUNCIPAIS – PORTO PREV

O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Porto Murtinho-MS criado pela Lei Complementar nº 002/1997 de 09 de dezembro de 1997 inscrito sob CNPJ 07.498.757/0001/04 com sede na Rua Joaquim Murtinho nº 232 – Centro é uma entidade autárquica com personalidade jurídica de direito público interno, patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira.

As demonstrações que compõe o Balanço Geral do Instituto foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/64, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços; da Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público— MCASP — 8ª Edição, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional, das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT 16), que regulamentam o assunto, bem como das Legislações aplicadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso do Sul.

A contabilização do exercício de 2021 foi realizada no sistema de software do Betha Sapo, compreendendo todas às Secretarias, Fundos Municipais e Instituto de Previdência.



A base documental para elaboração das demonstrações, estarão disponíveis de forma física em arquivos no setor de contabilidade do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município, conforme prevê o Manual de Remessas de Informações do TCE/ MS, a Resolução nº 153 de 28 de outubro de 2021.

Temos os Instrumentos de planejamento governamental as Leis Municipais: Lei nº1710/2020 e 1726/2021 - Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2021, a Lei nº 1639/2017 PPA que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio de 2018/2021 e a Lei nº 1702/2020 LDO que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2021.

As notas explicativas fazem parte das demonstrações contábeis e contêm informações relevantes e complementares à estas, de maneira mais clara e compreensível, de modo a facilitar o acesso à informação pelos diversos usuários bem como sua publicação.

3. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBCT SP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP – 8º Edição da Secretaria do Tesouro Nacional e demais normativos vigentes.

As estruturas e a composição das demonstrações contábeis estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras, são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração da Dívida Flutuante;
- VI. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Principais critérios e políticas contábeis adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis, tendo em consideração as premissas das NBCT SP e do MCASP:



- Moeda funcional A moeda funcional utilizada para o reconhecimento, mensuração e a evidenciação das demonstrações contábeis é o Real.
- Caixa e Equivalentes de Caixa Inclui dinheiro em contas bancárias e aplicações de liquidez imediata. Estão mensurados ou avaliados pelo valor original, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do Balanço Patrimonial.
- Estoques -compreendem os materiais em almoxarifado para o desenvolvimento das atividades diárias da entidade. Na entrada, esses materiais são avaliados pelo valor de aquisição.
- Imobilizado É composto pelos móveis e imóveis de cada entidade. É
 reconhecido inicialmente pelo valor de aquisição, e após o reconhecimento inicial
 os bens ficam sujeitos à depreciação.
- Depreciação dos bens móveis O método de cálculo da depreciação é feito conforme Portaria Municipal nº 343/2021 de 10/12/2021.
- Passivo circulante e não circulante obrigações de curto prazo que são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e juros ocorridas até a data das demonstrações contábeis.
- O passivo circulante é composto por obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar; fornecedores e contas a pagar e demais obrigações a pagar no curto prazo. O passivo não circulante é composto pelas obrigações a serem pagas a longo prazo.
- Demonstração das Variações Patrimoniais: é apurado o Resultado Patrimonial, confrontando as Variações Patrimoniais Aumentativas com as Variações Patrimoniais Diminutivas, se o resultado for positivo teremos o Superávit Patrimonial, caso contrário será Déficit Patrimonial.
- Balanço Orçamentário: é apurado o Resultado Orçamentário, onde do valor da coluna Receitas Realizadas é subtraído as Despesas Empenhadas, se for positivo teremos o Superávit Orçamentário e caso contrário será Déficit Orçamentário.
- Balanço Financeiro e Demonstração do Fluxo de Caixa: é apurado o Resultado Financeiro confrontando com o Saldo Anterior, se for positivo será um Superávit Financeiro e caso contrário um Déficit Financeiro. Esta apuração no Resultado



Financeiro não se confunde com a apuração feita no Balanço Patrimonial entre os Ativos Financeiros e os Passivos Financeiros, este se superávit é inclusive fonte para abertura de créditos adicionais.

• O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Porto Murtinho-MS está trabalhando na readequação dos sistemas de modo a garantir a convergência aos padrões internacionais de contabilidade, bem como para atender os prazos do Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, conforme determina a Portaria STN nº 548/2015.

5. CRITÉRIOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as Portarias Interministeriais da Secretaria do Tesouro Nacional, em conformidade com o MCASP, instruções normativas expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso do Sul. Os registros obedecem ao disposto na Lei Federal nº 4.320/64.

6. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

6.1 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - ANEXO 12

O Balanço Orçamentário demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas, demonstra também as despesas fixadas e a executada no exercício em conformidade com a Lei Orçamentaria para o exercício da prestação de contas.

O Balanço Orçamentário do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Porto Murtinho é desdobrado em: Execução Orçamentária das Receitas (previsão inicial, previsão atualizada, realização e diferenças) e das Despesas (fixação e execução incluídos os créditos adicionais).

Receita:



A Receita Orçamentária Prevista na LOA foi de R\$ 7.429.000,00, Previsão Atualizada é de R\$ 7.429.000,00 e a Realizada no exercício foi de R\$ 7.066.242,96 arrecadando a menor o valor de R\$ 362.757.04.

Ocorreram atualizações orçamentárias através de aberturas de Créditos adicionais, por meio de Decretos autorizados pelas Legislações:

Lei Orçamentaria Anual 1710/2020 e 1726/2021

O superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior corresponde a diferença positiva entre o ativo financeiro e passivo financeiro, sendo executado o valor de R\$ 1.714.144.85.

A execução orçamentária se deu em despesas empenhadas foram de R\$ 5.352.098,11 liquidadas R\$ 5.352.098,11 e pagas de R\$ 5.352.098,11

O regime orçamentário e o critério de classificação adotados no orçamento aprovado, sendo que pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. As etapas da receita orçamentária podem ser resumidas em: previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento. E a classificação orçamentária das despesas obedecerá aos parâmetros de distinção entre material permanente e de consumo.

6.2- BALANÇO FINANCEIRO – ANEXO 13

Receitas e Despesas Orçamentárias

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extra orçamentários, conjugados com os saldos bancários do exercício anterior e os que transferem para o início do exercício seguinte.

Enquanto o Balanço evidencia as receitas arrecadadas de R\$ 7.066.242,96 e as despesas executadas de R\$ 5.352.098,11 por categoria econômica o balancete financeiro os evidencia por fontes de arrecadações.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICIPIO DE PORTO MURTINHO PREV

CNPJ: 07.498.757/0001-04

Recebimentos e Pagamentos Extra Orçamentários

Demonstra que foi ingressado de Recebimentos Extra orçamentários o valor de R\$ 1.063.331,68 referente a retenções de IRRF,ISSQN, PENSÕES, ALIMENTÍCIAS, MENSALIDADE SINDICAL, CONTRIBUIÇÕES E VALORES RESTITUIVEIS

Demonstra que foi ingressado de Pagamentos Extra orçamentários o valor de R\$ 1.062.891,88 referente a pagamento de IRRF,ISSQN, PENSÕES, ALIMENTÍCIAS, MENSALIDADE SINDICAL, CONTRIBUIÇÕES E VALORES RESTITUIVEIS,

Nota: A diferença entre o Recebimento e o Pagamento é R\$ 440,00, trata-se de Pensão Alimentícia do mês de dezembro de 2021, que por motivo da conta corrente do interessado, informada pela Justiça estava inativa, não tendo tempo necessário para a sua regularização, que ora já foi solucionado e pago.

Demonstra ainda a Transferência Recebida da Prefeitura Municipal de R\$ 408.529,16.

Saldo em Espécie

Saldo em Aplicações Financeiras do Exercício Anterior é de 55.295.009,08 e Saldo para o Exercício Seguinte é de 58.159.569,80.

Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros é resultante da relação entre o Saldo que passa para o Exercício Seguinte e o Saldo do Exercício Anterior. A interpretação desse quociente indica o impacto do resultado financeiro sobre o saldo em aplicações financeiras.

6.3 - BALANÇO PATRIMONIAL – ANEXO 14

O Balanço Patrimonial evidencia a situação patrimonial do Instituto em 31 de dezembro de 2021. Mediante sua observação, é possível conhecer qualitativa e quantitativamente a composição dos bens e direitos (ativos), das obrigações (passivos), e dos capitais, reservas e resultados acumulados (patrimônio líquido), bem como os atos potenciais, que são registrados em conta de compensação.



O Balanço patrimonial permite análises diversas acerca da situação patrimonial da entidade, como sua liquidez e seu endividamento.

Ativo Circulante - Caixa e Equivalentes de Caixa.

Essa conta compreende o somatório dos valores em bancos conta movimento, aplicações e poupança. Os valores em Reais e Conciliados em conformidade com os registros contábeis e bancários.

O Saldo das Disposições Bancarias em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 58.159.569,80.

Ativo não circulante - Conta Investimentos e Imobilizado

Os bens móveis e imóveis adquiridos com recursos do Instituto é de 28.279,11:

Ativo Realizável a longo Prazo no valor de R\$ 3.097.792,97, saldo de parcelamento previdenciário à receber

Ativo Circulante

Créditos a Curto Prazo no valor de R\$ 329.870,28 , créditos previdenciários a receber em 2022 .

Quadros Ativo e Passivo Financeiro

O Ativo financeiro compreende os créditos e valores em bancos e demais créditos e valores a curto prazo, totalizando R\$ 58.159.569,80.

O Passivo Financeiro compreende as Obrigações com fornecedores inscritos em restos a pagar Processados e não processados, e os depósitos consignados, cauções no valor de R\$ 440,00 em conformidade com Anexo 17.

O Passivo Não Circulante:

Provisões a Longo Prazo, no valor de R\$ 79.589.110,68 é a Reavaliação Atuarial das Provisões Matemáticas Previdenciárias e do Tesouro.



Patrimônio Líquido

O resultado acumulado no exercício foi de R\$ -17.974.038,52 (negativo) decorrente do resultado do exercício constante do Anexo 15 e resultados de exercícios anteriores constante no Anexo 14 do exercício anterior.

6.4 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - ANEXO 15

De acordo com a Lei Federal nº 4.320/64 e a NBCT T 16.6, a Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações quantitativas e as variações qualitativas decorrentes da execução orçamentária e indica o resultado patrimonial do exercício.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no Setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido. Já as variações qualitativas são decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido.

As Variações Patrimoniais Aumentativas se deram no valor de R\$ 25.676.090,87, decorrentes das arrecadações constantes no anexo 10 e de lançamentos da execução orçamentária e eventuais que podem afetar o resultado do exercício.

As Variações Patrimoniais Diminutivas se deram no valor de R\$ 40.611.934,74 decorrentes das liquidações de despesas orçamentárias, restos a pagar e de lançamentos da execução orçamentária e eventuais que podem afetar o resultado do exercício.

Podemos destacar:

O resultado patrimonial apurado no exercício foi um déficit de R\$ -14.935.843,87

6.5 DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE – ANEXO 17

Com relação a dívida flutuante, destacamos o seguinte:

Houve movimentação no exercício de Inscrições no valor de R\$ 1.063.331,68 e foram baixadas o valor de R\$ 1.062.891.68.

Nota: valor destacar que a diferença entre as Retenções e os Recolhimento é de R\$ 440,00, trata-se de Pensão Alimentícia do mês de Dezembro de 2021 que a conta corrente do interessado, informado pela Justiça estava inativa, não tendo tempo necessário para sua regularização e recolhimento no exercício, que ora já foi solucionado e pago.



6.6DEMOSNTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – ANEXO 18

A Demonstração de Fluxos de caixa (DFC), foi elaborada pelo Método direto e evidenciam as alterações de caixa e equivalentes de caixa verificadas no exercício, em observância as normas aplicáveis.

A apuração do fluxo de caixa do período apresentou uma geração Líquida de Caixa e Equivalentes superavitária de R\$ 2.864.560,72 correspondem à diferença entre os saldos iniciais e finais de Caixa e Equivalentes.

7. DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente relatório buscou retratar com clareza e objetividade as informações apresentadas nas Demonstrações Contábeis, bem como os resultados do período de janeiro a dezembro, exercício financeiro de 2021, buscando o máximo de transparência aos usuários das informações.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis e como não houve tanta relevância nas DCASP podemos destacar que foi possível constatar nos autos que os valores relevantes que fazem parte dos anexos contábeis 12 a 18 encontram-se fundamentados nos demais demonstrativos que instruem as contas de gestão.

Procuramos, no presente relatório, retratar os principais aspectos da gestão orçamentária e financeira do exercício ora encerrado, com clareza e objetividade, pondo-nos a disposição desse Egrégio Tribunal de Contas para quaisquer outros esclarecimentos que se tornarem necessários.

Nada mais havendo ser merecedor de destaque, estas foram as informações apresentadas pela execução financeira do exercício de 2021 do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICO, do Município de Porto Murtinho - MS.

SANTIAGO MEDINA TÉC.CONTÁBIL CRC/MS 3.144 PORTARIA Nº 002 DE 29/01/2021